

“Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. ”

**“Resgatar a universidade dos comunistas”:
conflitos de moralidades e concepções de cidadania em um ambiente acadêmico**

Tayná Santos (UFF/RJ)

Jussara Freire (UFF/RJ)

Palavras-chave: Moralidades; ambiente acadêmico; cidadania.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propõe-se apresentar um recorte de uma observação de inspiração etnográfica realizada em uma universidade pública brasileira de 2017 a 2020. Mais especificamente, o presente trabalho tem como objetivo analisar os recursos cognitivos e morais acionados por estudantes pertencentes a um grupo de extrema direita e os sentidos de cidadania por eles acionados. Desde 2014, este movimento conhecia uma crescente expansão nacional e chegou rapidamente às universidades brasileiras.

Pouco tempo depois, este grupo apresentava-se, em público, como empreendedor moral de uma “nova” concepção de “democracia”: condenava publicamente diversas supostas condutas e práticas julgadas imorais na “universidade pública”. Discentes deste movimento acusaram docentes de serem “autoritários”, “antidemocráticos”, e de desviar suas funções de funcionalismo público para implementar “um projeto comunista”. Em busca de provas de flagrante, alunos membros ou próximos deste movimento participavam de aulas escondendo celulares que filmaram as aulas. Alguns circulavam nos espaços universitários tirando fotos de cenas que poderiam, segundo eles, comprovar a fidedignidade da principal acusação : o desvio dos usos de uma universidade pública qualificada de “recanto de comunistas”. Estas “provas” eram compartilhadas em redes sociais e estas últimas unificaram, por sua vez, um crescente grupo nacional em diferentes pontos do país. As redes sociais transformaram-se numa espécie de palco de tribunal no qual reforçava-se a verdade que este movimento procurava construir. Os acusadores apresentavam publicamente suas atuações como um “direito de respeito das diferenças na universidade” ou como um exercício de cidadania diante de um quadro que era apresentado por

eles de “autoritarismo professoral” ou de “desvio dos usos da função pública”. Este grupo ancorava suas denúncias num repertório de respeito às diferenças de opiniões (sendo a dele aquela evidentemente defendida) e de direito à expressão daqueles cuja voz não era entendida na academia. Este último recurso desapareceu rapidamente, já que este grupo estava em plena ascensão inclusive nas universidades brasileiras. Beneficiava-se ainda de uma conjuntura eleitoral particularmente favorável, pois homens políticos locais ou nacionais eleitos ou nomeados encorajaram e saudaram frequentemente as ações estudantis deste grupo.

A universidade em análise neste trabalho é um laboratório “bom para pensar” neste processo. A partir da etnografia deste caso, apresentaremos algumas das situações que contribuem para a compreensão de construções de verdades que, nos últimos anos, tencionam a ordem universitária e, mais amplamente, a ordem social. Em outros termos, analisaremos a construção de um repertório político fundamentado em uma lógica do contraditório. Esta última orienta um plano de ação voltado para uma modalidade de dissenso que acentua a *cisma* entre os membros deste grupo e os “universitários”, em particular em torno da categoria “comunista”.

Breve contextualização

Essa pesquisa foi realizada de 2018 a 2019 no quadro de pesquisa da monografia de graduação de Tayná Santos, defendida em 2019 com discussões medidas por Jussara Freire (que era nesta época a orientadora desta monografia), foram observadas as rotinas e os conflitos que surgiram com a emergência desse grupo, em um Instituto de Ensino Superior que nomeei neste trabalho de “Centro de Pesquisa Universitário (CPU)” por razões éticas. Além desta observação *in situ*, foram realizadas em torno de uma dezena de entrevistas com estudantes do grupo de extrema direita. Dessa forma, eles não somente concordaram com o fato de tecermos trocas no quadro da pesquisa (mesmo sabendo que não compartilhávamos das mesmas opiniões), bem como sabiam perfeitamente que eu estava realizando uma pesquisa sobre conflitos provocados por este grupo. Não foram muito claros os motivos que os levaram a participar desta pesquisa, mas acreditamos que puderam pensar inicialmente que Tayná Santos poderia ser um potencial membro deste grupo, podendo ser convencida.

Este paper foi elaborado a partir destas observações e os atores descritos estavam todos cientes de minha atuação e do objeto da pesquisa: os novos conflitos provocados por este grupo e as formas segundo as quais foram administrados. Neste *paper*, focalizou-se em quatro atos que são particularmente expressivos da conflitualidade que estudada e dos recursos acionados pelos atores para administrá-los. A trama do conflito se fundamenta na desconstrução retórica e

simbólica (por este grupo) de sentidos de justiça e de cidadania que ordenava, antes da aparição deste grupo, parte da vida cotidiana e da sociabilidade deste instituto. Confundindo-se com a gramática de uma conjuntura ultra liberal nacional e local, os recursos deste grupo colocaram à prova a possibilidade de se aproximar de uma compreensão comum dos sentidos de justiça, de cidadania e da universidade pública.

Primeiro ato. A fachada: manipulação, suspeita e provocação

O convite para o ato

Dia de outono de 2018, uma cidade média. Mais um dia de aula nesta faculdade de ciências humanas do Centro de Pesquisa Universitário (CPU). Ao chegar, formam-se no pátio alguns grupos de alunos e professores, alguns misturados, outros separados por categorias discente e docente. Há um movimento de agitação de massa e a manifestação de indignação coletiva quando este público descobre o acontecimento do dia: uma “invasão da polícia”¹ no CPU em busca de “material de campanha” eleitoral. As pessoas estão “escandalizadas”, pois a presença da polícia, bem como sua atuação (arrombar a porta de uma sala) e aquela da juíza responsável por esta “operação” fere a “autonomia universitária”, bem maior e princípio superior comum que ordena o ambiente acadêmico.

Alunos dos Diretórios Acadêmicos e dos coletivos da universidade atravessam correndo o pátio e se reúnem. O fluxo de pessoas entrando no pátio do centro universitário aumenta na medida em que o horário da aula se aproxima. No entanto, diferentemente dos outros dias, o fluxo de pessoas segue muito marginalmente a direção das salas de aula. A multidão se adensa aos poucos e desorganizadamente no pátio e os pequenos grupos nele aumentam.

Em um dos prédios, Rosa, uma professora de sociologia, entra na sua sala de aula perplexa, visivelmente preocupada pelo acontecimento. Apesar disso, sem diretriz da direção do centro universitário de suspender a aula, ela coloca sem ânimo seus livros na mesa, como se quisesse indicar que a aula iria começar em breve. Dispõe algumas canetas de quadro branco ao lado de um livro de A. Giddens e de anotações de aula. Alguns alunos já estão na sala, outros chegam paulatinamente. Na primeira fila, dois alunos, José e Maria, estão sentados nas suas carteiras. José está com uma garrafa térmica na mesa. De pernas cruzadas, espera o início da aula com um sorriso em canto, tomando uma bebida esfumando em um copinho que também serve de

¹ Empregamos as aspas quando nos referimos às expressões dos atores observados. Os termos em itálico são reservados para noções ou expressões de autores de nosso recorte analítico.

tampa da garrafa. Aos poucos os alunos entram e a professora inicia sua aula, desanimada e com um tom de voz monótono. A aula começa e, quase imediatamente após a professora iniciar sua aula, duas alunas do DCE batem na porta da sala e entre abrem-na, pedindo licença para a professora que iniciava sua aula. Quando a professora reconhece os porta-vozes do movimento estudantil, sua expressão facial se modifica. Abrindo um sorriso, faz um gesto de convite para as alunas entrarem:

“- Desculpe, Rosa, podemos passar um recado para a turma?”

- Claro! Fiquem à vontade”

A aluna explica o ocorrido e convoca todos os alunos da sala para participar do ato que ia ocorrer imediatamente no pátio do CPU, destacando a importância deste debate com um amplo público para combater a ameaça à democracia que a presença e uso da força policial significava. Já experiente no movimento estudantil, falava com um tom de voz alto e gestos de mão para cima e para baixo, os quais davam maior peso às palavras que pronunciava. Enquanto isso, a plateia ouvia, atenta; quase todos estes alunos de ciências sociais manifestavam ora um profundo ora um razoável respeito e estima para as porta-vozes do movimento estudantil, personagens geralmente sagradas em um curso da área de humanas. Apenas José e Maria expressavam uma indiferença, quiçá um cansaço, ao ouvir o discurso indignado. Trocavam olhares cúmplices, como em muitas aulas, que expressavam certo desprezo do movimento estudantil.

Após o fim da conversa, as alunas do movimento estudantil agradeceram a atenção dos alunos, da professora e os membros da plateia aquiesceram como mais um pequeno gesto de deferência. Após elas reiterarem, Rosa consultou a turma para saber se tinha interesse em participar do ato, deixando particularmente explícito seu interesse. Todos os alunos concordaram em sair, exceto José e Maria. José exclamou: “Ah não! Não vai ter aula! Quero ter aula”. Após os alunos se retirarem, ambos foram conversar com a professora que estava guardando o livro, caderno e canetas na sua bolsa. José reiterou o seu desejo de ter aula, o justificando de modo inusitado: ele estava tomando seu chá importado, logo caro, e preferia ficar sentado em sala de aula para poder terminá-lo sossegado. Surpresa, a professora franze as sobrancelhas e sai desta interação impossível de ser por ela administrável.

Poucos minutos depois, Rosa encontra os alunos da turma dispersos no pátio. Dentre eles, estão José e Maria, mantendo a fachada que apresentavam em sala de aula: sorriso de canto, olhos grandes abertos, corpos eretos, manifestando uma atenção fina nos discursos e fluxos de pessoas. O pátio estava iluminado. O público estava em um círculo em volta de um baixo palanque de madeira. O ambiente era ainda equipado de um microfone e de uma caixa de som.

Segundo ato - O debate: bastidores e palco

Para abrir o evento, a diretora da CPU subiu no estrado e explicou, com tom de voz particularmente baixo, apesar do microfone estar regulado em um volume alto, em que consistiu a “intervenção” da polícia no campus. A diretora justificava diante dos alunos, dos técnico-administrativos e, principalmente, de professores - particularmente indignados - os motivos pelos quais ela havia deixado entrar a polícia e aberto salas, o que era questionado por ferir a autonomia universitária. O público estava ansioso para ouvir o relato da diretora. Um professor que tentou intervir durante a intervenção e que foi empurrado e intimidado tomou a palavra, denunciando a truculência policial. Em seguida, professores e alunos começaram a pegar o microfone e expor suas avaliações em relação ao acontecimento. Na plateia, podia sentir a tensão, medo e indignação do público. Este último sentimento se transformava em denúncia pública quando os atores subiram no palco. Antes, nos bastidores, alguns preparavam e repetiam rápido e mentalmente o que iriam falar em público.

O cerne do debate se voltou para a denúncia da presença policial e a denúncia anônima. Justificada pela denúncia de irregularidades, a presença policial se acompanhou de atos truculentos, portas arrombadas além de outras formas de abuso de poder. O agente de estado presente chegou a acionar um lembrete hierárquico ao professor que tentava mediar o conflito (aquele que falou após a diretora), parafraseando um “você sabe com quem está falando” (DaMatta, 1997) endereçado ao professor: “Eu sou a lei!” e “eu posso prender vocês!”.

A primeira parte desta situação se volta para a denúncia do abuso de poder dos policiais. A segunda parte do ato se desenvolve em torno de uma intriga: a suposta descoberta dos autores da denúncia anônima. Antes de continuar, a compreensão desta sequência da situação exige um pequeno retorno a uma anterior, uma entrevista que realizei (Tayna Santos) com José.

Entreato: a manipulação do estigma e a armação como um recurso político

Em uma situação de face a face com a pesquisadora, José descreveu longamente sua universidade como um “espaço intolerante”. Ele avaliava que tomar posições - ou, nos seus termos, “ideologias” - diferentes daquelas que seriam massivamente compartilhadas na universidade em relação aos atuais “temas políticos, sociais e econômicos”. Considerava-se estigmatizado na universidade devido às suas opiniões. Sentia-se oprimido e excluído no espaço universitário. Devido ao seu “pensamento liberal”, queixava-se das rotulações de fascista, homofóbico e racista que lhe era cotidianamente coladas. Vale destacar que não foi sem surpresa

que recebeu o meu convite de entrevista, neste momento atuando no movimento negro. Tinha posições extremamente diferentes e, em um esforço de distanciamento mínimo para a compreensão de meu objeto, procurei encarar esta situação como um grande desafio de campo e oportunidade de compreender um ponto de vista divergente (pelo menos ainda nesta época neste ambiente acadêmico).

Se considerarmos a facilidade com a qual José apresentou seus pontos de vista sobre os conflitos acadêmicos e o crescente detalhamento de suas opiniões, instalou-se certa empatia do entrevistado para com a entrevistadora. Por sua vez, não sem muito esforço, a entrevistadora procurava demonstrar certa sensibilidade em relação à escuta da pluralidade de pontos de vista. Este esforço teve bastante êxito na medida em que José estava em uma situação inédita na universidade: justificar-se diante de uma pessoa que provavelmente, para ele, era “do outro lado”. Nas diferentes sequências da entrevista, observa-se ainda que José, aos poucos e percebendo a atitude compreensiva de sua interlocutora, reverte progressivamente sua posição de acusado em vítima (vítima das “ideologias dominantes” da universidade). Além disso, José havia identificado algumas das características de sua interlocutora e as acionada para estender o diálogo e aprofundar a auto análise dos motivos pelos quais era desqualificado, bem como a descrição de suas indignações na universidade. Vale destacar que seus sentidos de injustiça eram descritos sempre em contraposição com valores que seriam predominantes na universidade (“os comunistas”, “a esquerda”) segundo ele, e em um esforço contínuo de envolver (e desestabilizar) emocionalmente a pesquisadora. Em suma, os relatos de José apontavam também para um esforço de convencimento de que suas experiências no meio acadêmico eram profundamente injustas. Saí da entrevista perguntando-me ainda até onde era possível realizar uma sociologia compreensiva.

Posteriormente, ao analisar o material empírico, observei que o fato de José aceitar a situação de entrevista ilustrava o modo de ação coletiva da associação do qual pertence, “anti-esquerda” e defensora de princípios liberais: a busca de uma interação na qual podem ser desqualificados publicamente aqueles tidos como “inimigos”. Em nome destes princípios, elabora sua crítica da universidade:

(...) Para mim, um ambiente universitário que eu gostaria, primeiramente que fomenta se os valores, sabe. Que você entrasse e pudesse discutir os temas, tivesse liberdade tranquilidade, e as pessoas não se tomassem tanto por posicionamentos políticos... pode até aparecer um racionalismo exacerbado da minha parte, mas que fosse um ambiente em que as relações são mais claras que não houvessem tantas obrigatoriedades, tantas implicações. Que fosse um ambiente que nós chegássemos

aqui, conversássemos e que tivesse... que não tivesse essa militância toda... essa coisa toda que tem aqui e que pelo menos, a mim me afeta, entende. Às vezes, as pessoas elas passam... psicologia cognitiva, você olha uma pessoa e ela diz que não gosta de arroz e feijão, e aí você fala... ain essa pessoa ela gosta de prato fino, é rica, fresca, ‘metida a besta’, as vezes a pessoa tem uma tolerância alimentar e você não sabe, mas tira de parte que é aquilo ali. Eu percebo muito disso aqui. As pessoas... sobre as relações acadêmicas, elas agem como se fosse uma disputa de poder a todo momento estão querendo debater, discutir e confrontar ideia, ideia que muitas das vezes nem conhece. Então, eu acho que o ambiente de universidade deve ser de mais reflexão, mais busca para conhecer as coisas, antes de fazer juízo de... de arregimentar pessoas, antes de... compreender o que é tipo, o que deve ser falado, fazer as discussões, e da militância (...) esse é o meu ambiente de universidade ideal, um ambiente de cultivo intelectual, de cultivo as virtudes intelectuais, de você ouvir as pessoas, de você compreender, procurar ter uma mente aberta, você discutir antes mesmo de você colocar como questões de poder (JOSÉ, junho de 2019).

Quando este e outros atores desta associação tomam a palavra em público, há um planejamento explícito (como observamos no material do grupo do qual pertence) de manipular² a ordem interacional/moral por meio do questionamento das grandezas (Boltanski e Thévenot, 1991), por eles imaginadas, que ordenaram o meio universitário. Este redirecionamento crítico fundamenta um repertório gramatical deste grupo a partir da incessante revelação pública em relação a quem seriam os “verdadeiros” “algozes” (os “comunistas”, “doutrinários”, etc.) e “vítimas” (um “nós” que ainda – como vimos em várias postagens e filmagens publicadas nas redes sociais – seria forçado a aprender com os “doutrinários”).

Nesta direção, na situação de entrevista, José descreveu e avaliou momentos durante os quais fora “vítima” de ofensas resultantes, segundo ele, de suas posições políticas divergentes. Antes mesmo do episódio descrito acima, na universidade, sua atuação já era particularmente comentada nos corredores CPU, em particular, no que diz respeito às posições que tomava em aulas diante dos docentes e discentes. Em um trecho da entrevista, retoma palavras racistas que lhe foi endereçada para reforçar seu estigma, de um lado, e apresentar uma característica de sua fachada pessoal:

² Em Goffman, a manipulação do estigma se refere a “uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipa ou o “perfil” de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter (...) Há uma ideia popular, de que embora contatos impessoais entre estranhos estejam particularmente sujeitos a respostas estereotipadas, na medida em que as pessoas relacionam-se mais intimamente essa aproximação categórica cede, pouco a pouco, à simpatia, compreensão e à avaliação realística de qualidades pessoais (GOFFMAN, 2004, pp.46).

Uma vez, um amigo de faculdade falou coisas racistas para mim, sobre o negro ser preguiçoso. E eu por respeitá-lo disse não ter concordado com a situação racista, mas que respeitava a opinião dele. Então, mesmo incomodado com a fala, principalmente por ser negro, respeitei o meu colega, pois do mesmo jeito que ele tinha o direito de falar isso, eu tinha o direito de não concordar (JOSÉ, junho de 2019).

Como pode-se observar, José não se indigna com a experiência de racismo que sofreu, mas a converte imediatamente em duas qualidades (o respeito e a tolerância) que ele tem e que lhe são negadas, na sua opinião, na universidade quando ele torna públicas suas posições. Paralelamente, este tipo de recurso ainda lhe permite introduzir o tópico da defesa da liberdade individual que ele define como o respeito de todas as opiniões (observa-se que ele insiste que inclui aquelas com as quais não concorda). Dessa forma, o sentido de respeito, no relato de José, parece estar relacionado com a reivindicação da indiferença de seus opositores quanto às posições divergentes próprias e de seu grupo. No limite, fundamentando-se nessa operação, é possível ainda generalizar e desqualificar todos aqueles que o desqualifica, ironizá-los, senão desprezá-los franca e publicamente, como veremos mais adiante. Esta operação retórica aponta ainda para a imposição de seus sentidos de justiça, eliminando aqueles conflitantes.

Por meio deste complexo procedimento cognitivo, conativo e emotivo, José e sua parceira Maria, há meses, contribuíram para a emergência de novos enquadramentos críticos no ambiente acadêmico que permitiram: - apresentar situações de copresença entre pessoas de princípios divergentes como impossíveis de serem coordenadas, logo, como insuportáveis (Breviglieri, 2009); - tornar o convívio com atores de “esquerda” inaceitável e paradoxalmente (apenas em aparência, pois vimos que o sentido de respeito havia sido afastado de qualquer forma de alteridade e encobria apenas uma capacidade unívoca de suportar a diferença) *intolerável* por este grupo, que mobiliza uma gramática liberal (Thévenot, 2014) abasileirada.

A ofensa e a provocação

Com a seção anterior, podemos apresentar alguns dos elementos que permitem compreender agora alguns dos procedimentos de manipulação do estigma e a armação de José e de Maria, de um lado, bem como a recepção de suas provocações. Voltamos, portanto, à cena do

pátio, após o debate sobre a denúncia anônima. Após um momento de compartilhamento da indignação coletiva, seja gerada pela suspeita de quem seria o autor da denúncia, seja pelo uso da força policial, os atores começam a problematizar a perseguição política da universidade e a “volta da ditadura”. Em uníssono, quase todos gritaram juntos “Fascistas, racistas não passarão”. Pouco tempo depois, José se aproxima do estrado, procurando o professor que tinha acabado de tomar a palavra.

Ao encontrá-lo, José compartilhou sua discordância e o acusou de ser irresponsável pelo fato de que o docente associava a direita ao fascismo. Prosseguiu explicando que ele não era fascista. Depois desta breve interação, o professor voltou ao microfone. Afirmou não estar falando de ninguém em específico quando relacionou direita e fascismo, e que se alguém ali estava incomodado ou não concordava, deveria ir até o microfone e falar. Neste instante, o professor aponta o microfone na direção de José. Todos que se encontravam ao redor gritam mais uma vez: “Fascistas, Racistas, não passarão!”. Encarando José e Maria com franca hostilidade, todos acusavam o casal de serem os autores da denúncia.

Suspeito, José teve uma expressão facial de ofensa e surpresa. Soltou uma pequena risada e, em tom irônico, exclamou: “estão de brincadeira?!”. Um tempo depois retira da mochila uma cartela de remédios controlados. Continua recorrendo à ironia e compartilha, em voz baixa, ter síndrome do pânico e princípio de depressão. Acrescenta que não gastaria sua saúde já “falha” para fazer a denúncia. Alguns participantes da plateia pediram para que José respondesse à acusação, mas ele manteve silêncio nesta ocasião. Ainda em tom baixo, compartilha que quer evitar “confusão” e que só quer se formar, preparando visivelmente um plano e uma resposta a esta acusação até o momento sem provas.

Logo depois, o casal decidiram fazer corresponder seus papéis com as expectativas da multidão. Como se tivessem acabado de tomar esta decisão juntos, José e Maria retiraram seus celulares e começaram a filmar a cena e o palco. As suspeitas que já pairavam sobre o casal - que não escondia nas redes sociais e na universidade suas posições políticas - se consolidaram imediatamente e provocaram a ira da multidão. Os espectadores viam nesta atuação uma prova do fato de que estes alunos eram os autores da denúncia e uma manifestação de atos que caracterizavam tempos ditatoriais.

Após uma série de vaias, outro grito solitário escapou também: “Preto só passa vergonha”. Durante e depois desta sequência, dois grupos demonstraram preocupação com o ato racista: o movimento negro e um centro acadêmico que posteriormente realizou discussões sobre o tema. No entanto, se a suspeita do autor da denúncia se reverteu em acusação amplamente generalizada, o ato racista se tornou algo secundário aos olhos da plateia. Em outros termos, na medida em que

o suspeito foi julgado autor da denúncia, logo culpado, não poderia ser mais tido como “vítima” de ato racista. Paralelamente, como foi apresentado anteriormente, a análise deste tipo de situação por José só reforçava sua acusação pública da academia ser um espaço de intolerância nas redes sociais.

Na universidade, a cena acima descrita foi determinante para a rotulação do casal de “dedo duro em prol da ditadura”. Geralmente, quando passavam na universidade, um ambiente de desconfiança e suspeita se instalavam. As pessoas podiam apontar o dedo para eles, de costas; outras murmuravam entre elas e apontavam os “X9”. Em vez de serem constrangidos pela situação, este segundo ato foi determinante para a remodelagem da fachada destes dois protagonistas, dos meios da ação coletiva do grupo do qual faziam parte e a redefinição de suas encanações em público. Recorrendo frequentemente ao tom provocador, sem procurar consertar a ofensa, passaram a atuar na universidade e nas redes sociais semelhantemente à figura de “olheiro” do narcotráfico.

Apresentavam-se nas redes sociais como vigias da universidade: perscrutando as informações dos cursos, trocavam comentários sobre eventos que consideravam “doutrinadores” entre eles e em público, publicaram fotografias deles e de colegas com comentários que sugeriam que seriam guardiões dos *mores* da universidade. Ao longo do tempo, só se intensificaram estes comentários e a rede de alunos que compartilharam essas opiniões. Após o período eleitoral, em particular, convidaram de forma explícita e publicamente os demais alunos para denunciarem qualquer professor “doutrinador” (nunca encontramos qualquer definição do sentido que conferiam ao termo). Passaram ainda a agendar encontros na universidade para receber denúncias de alunos e planejar ações em conjunto. Muitas vezes, as justificações públicas de suas ações estavam relacionadas com uma suposta experiência comum de humilhação por parte de um perfil de aluno que queria uma universidade desprovida “de ideologia” (tampouco o termo era definido).

Havia uma busca de se aproximar de um estado de vítima – categoria que pode remeter a um “eu” como porta-voz de um “povo brasileiro”, soma de “vítimas de corrupção”, por exemplo - por meio da condenação moral e desprezo de condutas que eles consideram incompatíveis com os princípios que ele defende (neste caso, a “liberdade individual”, a religião, a “tolerância”, o liberalismo etc). Dessa forma, a aproximação com um estado de vítima não consiste em reivindicar-se vítima, e sim em edificar os fundamentos que permitem ser reconhecido como porta-voz do “povo brasileiro”, “sofrido” e “negligenciado” pelos “petistas” e “comunistas”. Dessa forma, eles acionam recursos retóricos para absorver e escandalizar o outro, tentando convencê-lo de integrar a “arena do bem” (a sua) como condição de combater “o mal”.

Trata-se de um procedimento que polariza o bem e o mal de tal forma que as pessoas tidas como pertencendo ao “mal” encontram-se qualificadas nas bordas da humanidade por estes personagens. Assim, as pessoas “do mal” são intensamente expostas e insultadas na praça pública - as redes sociais sendo espaços privilegiados de desqualificações públicas para esta associação. Isso explica em parte a perda de sentido da alteridade. Diferentemente das operações de estigmatização em contatos mistos (Goffman, |2004), os “normais” neste caso se esforçam para converter aqueles que consideram anormais como doentes, insanos, inimigos e etc. (“o esquerdopata” ilustra bem este argumento).

De certa forma, esta reversão crítica que visa uma des/reapropriação do lugar da vítima – esvaziando a categoria de vítima, considerando-a fora de qualquer modelo axiológico ou de experiências de injustiça que em outros casos seriam fundamentais - permite justificar uma “ação em plano”³ (Thévenot, 1995). Assim, o que era tido como “um bem” na universidade se converte em um mal a ser combatido por aqueles que representam outro modelo de bem, superior e incompatível com estes outros diferentes. Em nome deste outro bem, consiste em procurar presas e encurralar aqueles que são tidos como os inimigos do bem maior, aquele defendido pela associação (nas postagens encontradas, aludem por vezes “ao direito de ter uma formação acadêmica não doutrinadora” que se confunde com “o liberalismo”).

Dessa forma, as ações de denúncia tornaram-se um recurso com uma força destrutiva que resultou na provocação de atores (professores em particular) rotulados de “doutrinadores” e quando estes atores (professores) descobriram serem alvos de “denúncias” nas redes sociais, difamações e calúnias, embora não houvesse ainda se formado uma comissão de sindicância e como era certamente planejado pelos “denunciantes”, alguns destes professores tomaram atitudes imediatas, emocionados e sentindo-se profundamente humilhados pelas desqualificações destes alunos. Inicia-se um terceiro ato, uma reunião de colegiado da universidade durante a qual os alunos alinhados à postura de José, se queixaram do autoritarismo professoral, revertendo mais uma vez as críticas docentes e discentes relacionadas a difamação dos mesmos na internet com o objetivo de desestabilizar a ordem vigente.

Terceiro ato: reversão crítica e manipulação

³ Thévenot (1995) destacou que a ação planejada não somente se relaciona com a sua intencionalidade, mas também com a *mise en forme*, tornada objetiva de criação de um plano. Por sua vez, a formação do plano se desdobra em sequências de atividades sucessivas e condicionadas, em um horizonte temporal de médio ou longo prazo. O autor analisa, de modo específico, os tipos de dispositivos de coordenação que decorrem de um amplo leque de ações em plano. No caso em análise, ao tratar da formação de planos particulares de pessoas pertencendo à associação em análise, este recorte permite compreender parte das atividades de coordenação e de justificações dos atores em torno da elaboração e da defesa deste projeto.

A reunião do colegiado do CPU é uma das principais instâncias decisórias desta instituição. Decididos em não se “render” e reagir diante da “humilhação sofrida”, José e Maria mobilizam a forma-caso para denunciar as suspeitas qualificadas de infundadas e o fato terem sido “acusados sem prova”. A reunião inicia após um longo preâmbulo da diretora do instituto. Após algumas tomadas de palavras de professores, José toma a palavra e apresenta uma longa lista de reclamações e de avaliação da presença dos policiais na universidade achando que “era muito sério”, dos discursos dos professores (elogiando aquele da diretora) no dia do encontro no pátio, das atuações dos docentes (condenando aquele professor que teria incitado a multidão em humilhar o casal). Ainda tentou corrigir as impressões que o público teve dele, afirmando que não poderia confundir a direita com o fascismo “até onde eu sei eu não sou adepto dessa ideologia, pelo menos como ela se apresenta”. Prosseguiu descrevendo os insultos que foram endereçados a Maria, “foi chamada de babaca” disse ele, e se queixou-se daquele professor que, na sua avaliação, teria estimulado uma ofensa coletiva para contra ele:

[o professor provocou o] momento em que se acirraram os ânimos (...) um certo fervor. Ele despertou o frenesi e começou a ter [...] parecia um estádio de futebol, as pessoas estavam ali como torcedores... contra... supostos fascistas, contra supostos reacionários, contra supostos denunciantes [...] e o professor, talvez incomodado com a minha fala, se dirige, até o...microfone, e fala a toda comunidade que ali estava presente... que eu discordava, discordei daquilo que estava sendo feito e como ele era democrático ele estava me convidando a falar... nenhum momento eu pedi fala, nenhum momento eu pedi pra poder falar o que ele manifestasse, assim, eu como cidadão, que pago o salário desse senhor, manifestei que eu não concordava com aquilo que ele falou , manifestei [...] na presença do diretor e tinha duas pessoas ali, ele estava ao lado... ele foi, não só me expôs, como apontou pra mim e falou vem aqui e fala (JOSÉ, 2019).

Observa-se que a dita exposição da qual José se queixa é associada a um constrangimento (não se refere ao termo de humilhação pública) que se entremeia com uma condenação moral do docente que, de seu ponto de vista, não poderia agir desta forma por se encontrar em “horário de trabalho”. Mais ainda, José se sente na autoridade de corrigir a conduta do docente e de pedir para Maria filmar esta sequência interacional no pátio da universidade. Esta sensação de autoridade espelha o processo de reversão crítica que está em jogo no conjunto das situações analisadas e que parece planejado para destruir as ordens de grandezas que orientam as coordenações acadêmicas,

Maria disse: “E o José ainda disse [*para o professor*], você está me constrangendo, eu não quero falar, eu não tenho o que falar, você está me constrangendo, o senhor está em horário de trabalho [...] ele continuou, isso está em vídeo”.

É reforçada esta sensação de autoridade quando José inverte ainda as posições entre ele e o docente. José se coloca na posição de explicar ao professor o que este último poderia ou não realizar em horário de trabalho e que o censurou:

José: Sim, exato, eu notifiquei ele que ele é um servidor público, está no momento de trabalho, no ambiente de trabalho dele e que ele estava me constrangendo e em nenhum momento eu pedi direito a fala e mesmo em meio às vaias, mesmo a... em meio a uma série de afrontas e xingamentos por parte de alunos e não sei mais de quem, ele em nenhum momento pediu aos alunos que se calassem, em nenhum momento ele me garantiu que eu pudesse falar, ele só me expôs (...) (JOSÉ, 2019).

Depois, o relato de José parece mais desarticulado; comenta o ato racista e logo depois, se indigna pela acusação coletiva de ter sido o autor da denúncia. Paralela e independentemente da “real” autoria da denúncia, outra estratégia do manipulador é de não clamar sua inocência, como se fosse um meio de deixar pairar uma dúvida quanto à sua responsabilidade neste caso, preservando o ambiente de suspeita e de desconfiança generalizada:

Esse ato de racismo foi cometido, eu sequer ouvi, só tive conhecimento por parte desse aluno.. três pessoas (...) o movimento negro me notificou disso, eu pra mim eu fiquei perplexo, porque eu não imaginei, é...que nós chegamos a esse nível de convivência e que alguma pessoa poderia gritar naquele meio que preto só passa vergonha e que aquilo ali, é... ia passar batido como dizem né, e... a questão foi tanta, que um amigo dessa instituição, no meio do evento ele nos procurou e perguntou se fomos nós os delatores, ele nos perguntou, eu falei mas ué, que delator, delator de que?! como assim?! o que foi que eu denunciei?! entende?! Depois eu cheguei e fui até ele pra perguntar a ele, ele disse que naquele momento ali havia alunos dizendo que fui eu que [...] e que ele foi até aqueles alunos e falou não, não foi ele, eu conversei com ele, eu falei ué...mas como assim [?!] com base em quê que essas pessoas estão inferindo que eu fiz a denúncia ...isso aí já é fato público, eu acho que todos vocês já escutaram em algum lugar que um casal de [nosso curso] fez uma denúncia, isso é fato conhecido por toda a universidade... e até fora (JOSÉ, 2019).

No fim de seu relato, José aumenta ainda mais a suspeita quando ele encerra mobilizando “o direito de denunciar em um espaço público”, o que equivale em afirmar que a denúncia não seria um crime e seria um dever cidadão. O direito de denunciar ainda é mobilizado para fundamentar a desqualificação de professores (alguns estavam presentes na sala) que postaram mensagens os acusando nas redes sociais. Nesta sequência, pode-se observar uma intensa articulação entre “o direito de denunciar” em um espaço público, tornando o ato legítimo, o fato de que teria sido responsabilizado pela denúncia, afirmando, inclusive, que professores teriam tramado uma vingança contra ele:

Um direito que cabe a qualquer cidadão brasileiro denunciar uma irregularidade, dentro de um espaço público cometido por pessoas que estão usando esse ambiente público e até mesmo num espaço privado, outro fato interessante é que em menos de doze hora, né [?!] no dia seguinte, em menos de doze horas eu recebo uma ligação, eu tenho uma bolsa (...)eu recebi a informação do meu professor que me orienta na [outra] universidade (...) eu recebi a seguinte informação, que uma professora dessa instituição...uma professora [...]entrou em contato com ele dizendo que...perguntando se ele era orientador do aluno envolvido na denúncia...e mais, disse que eu acumulava bolsas e marcou uma reunião com o mesmo e com o coordenador (...) o fato estranha porque nenhum daqueles ali teria competência para julgar se o acúmulo era indevido ou não, nenhum daqueles ali poderiam desligar a bolsa caso fosse indevida ou não (...) porque o que foi feito contra mim foi um ato muito sério, eu sou um aluno, eu comprovei carência socioeconômica, eu fui aprovado aqui é...é...pelo ENEM, faço parte dessa instituição, desenvolvo pesquisa, público e em todo momento aqui que eu tive nessa instituição jamais fiz algo que atentasse com nenhum aluno, contra nenhum professor e dentro do curso do meu curso, eu já notifiquei algumas vezes com o chefe de departamento da época que várias vezes vários professores tomaram atitudes é...é...que incentivassem desrespeito a aqueles que pensam diferente ideologicamente, professores falando de pobre de direita, professores que vão dar uma aula e comentam sobre N coisas [...] o constrangimento daqueles que discordam ideologicamente diferente daquilo, sendo que há uma ementa a ser seguida e a ementa como muitas vezes ela é posta de lado e comentários políticos, comentário que não tinham nada a ver com o tema eram tratados, e até mesmo dentro dessa instituição eu fui ameaçado simplesmente por dizer que um candidato não deveria receber facada, tudo isso está em posse do ministério público, tenho prints dos professores dessa instituição dizendo que o alunos que denunciaram são alunos, de

professores que estão dizendo que quem denunciou foi aluno, tenho print de professor dessa instituição (...) (JOSÉ, 2019).

José, em muitos momentos, se refere “às provas” de ter sido vítima de maquinações de professores e alunos que o vaiaram no calor da emoção coletiva após uma operação policial, mas pouco se indignou com o ato racista que sofreu. Aludindo ao seu candidato para a presidência, dá um peso maior aos meios de efetivar o projeto de seu grupo, elaborando uma série de planos que visam desestabilizar a ordem internacional na universidade. Para tanto, torna-se um ator chave de um sistema actancial (Boltanski, 1990) que contém um eixo que opõe comunistas e liberais. Nele, as causas de seu grupo e os valores liberais são aqueles que representam “o bem”. A partir deste mesmo sistema, desconstrói-se tudo o que se afasta deste projeto. Neste sentido, estas ações planejadas são constitutivas da armação e geralmente têm o objetivo de encontrar uma presa que reagirá e será mais motivo de desqualificação e humilhação. Procuram esvaziar moralmente seus alvos. No caso em análise, a armação configurou uma busca de reverter os princípios morais que regulavam a universidade por meio da desqualificação de seus defensores. Em parte, tiveram algum êxito, pois esta reunião deu início a uma série de comissões de sindicância, notadamente contra um professor. Dessa forma, por meio de um conjunto de ações de médio e curto prazos, estes atores disputaram o ambiente acadêmico com a finalidade de se tornar empreendedores morais (Becker, 2008), combatendo os princípios que o ordenam. Com este projeto, integraram grupos de posições próximas que formaram paulatinamente uma arena liberal.

Considerações finais

Nas situações observadas, José descreveu detalhadamente o que ele entende como “problemas da universidade” e os associou a uma série de não humanos e humanos que prejudicam a universidade (“ideologias”, “doutrinas”, “comunistas”, etc). Esta avaliação ecoava com um conjunto de medidas e ameaças que pairavam sobre o ambiente escolar e acadêmico e, mais amplamente, com a conjuntura nacional. Ecoava ainda com as manifestações externas de apoio a estes jovens na cidade na qual se localiza esta universidade que indicava uma extensão da arena na qual atuavam José e Maria.

Inicialmente, as atitudes de José e Maria provocaram uma profunda indignação coletiva na universidade, como vimos. Posteriormente, estes personagens tornaram-se personagens familiares, evitados por certos grupos e procurados por outros. Ao estender a arena, intensificaram um modo de ação singular: estimular as “denúncias bombásticas”, isto é, jogar cegamente nas

redes sociais qualquer tipo de fofocas e falas descontextualizadas de professores e alunos para solicitar “providências para as autoridades”, por meio de procedimentos não judicializados.

Nesta fase, não há mais nenhuma diferença semântica entre denúncia pública, rumor, intriga, difamação que se apresentou como um projeto de destruição institucional e pessoal (daqueles que representam “o mal”) que está inteiramente ajustado com orientações da gramática liberal que orienta as atuais formas de governabilidades. Neste quadro de destruição pela destruição, além de uma fragmentação cada vez mais pronunciada, observamos a multiplicação exponencial de multidões e paralelamente uma crescente inibição de públicos e de opinião pública. Com efeito, retomando Park que dialogava com Tarde, a unidade de uma multidão se manifesta no fato de que os membros de um grupo são submetidos a um movimento de conjunto gerado pela interação, logo todos os estímulos individuais são inibidos.

Dessa forma, o sentido de cidadania exposto pelos atores dessa pesquisa visa aniquilar os demais sentidos expressados por aqueles que não compartilham das suas opiniões, sendo estes taxados como "doutrinadores". Isso ocorre, porque partem do pressuposto de que representam o “bem”, logo, são cidadãos em contrapartida daqueles que não concordam com seus posicionamentos, tornando-os inimigos, portanto, estes por sua vez, representam o “mal”, perdendo com isso sua humanidade, sua cidadania e seus direitos. A opinião pública é considerada como um comportamento crítico individual, se exprime de forma diferente para cada indivíduo, e a partir disso, esses sujeitos alteram as definições do que é ser um cidadão, para o que é ser um “cidadão de bem”, construindo um instrumento que os permitem associar a cidadania ao direito à expressão no seu sentido liberal.

Referências bibliográficas

BOLTANSKI, Luc. (1990), *L'Amour et la Justice comme compétences*, Paris. 1990.

CEFAÏ, Daniel; PERREAU, Laurent (dir.). **Erving Goffman et l'ordre de l'interaction**. Paris, CURAPP-ESS/CEMS-IMM.

BREVIGLIERI Marc. (2009), **L'insupportable. L'excès de proximité, l'atteinte à l'autonomie et le sentiment de violation du privé**. In: Breviglieri, Marc; Lafaye, Claudette; Trom, Danny (dir.). *Compétences critiques et sens de la justice*. Paris, Economica.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (1991), **De la justification**: Les économies de grandeur. Paris, Gallimard.

MATTA, Roberto da (1997). **Sabe Com Quem Está Falando?** Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Individuo e Pessoa no Brasil”. In: MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Rocco.

GOFFMAN, Erving. (2002), **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, Vozes.

_____. (2004), **Estigma**: Notas sobre a manipulação de identidade. Rio de Janeiro, LTC.

_____. (2009), Acalmando o otário: Alguns aspectos de adaptação à falha (tradução de Jordão Horta Nunes). **PLURAL**: Revista de Pós Graduação em Sociologia da USP, v.16, n.1, pp. 195-211.

_____. (2012), **Os quadros da experiência social**. Petrópolis, vozes.

_____. (2011), **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, vozes.

_____. (2010), **Comportamentos em Lugares Públicos** – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis, Vozes.

LÖWY, Michael. (2015), “Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil” (tradução de Deni Alfaro e Marcelo Netto). **Serviço Social e Sociedade**, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015 661.

PARK, Robert E. (2007), **La foule et le public**, 2007.

TARDE, Gabriel. (1989), **L’opinion et la foule**, Paris, PUF, [1901] 1989.

THÉVENOT, Laurent. (2014), **Autorités à l’épreuve de la critique**: jusqu’aux oppressions du gouvernement par l’objectif”. In: Frère Bruno (dir.). *Le tournant de la théorie critique*. Paris, Desclée de Brouwer, pp. 269-292.

_____. (1995), L’action en plan. **Sociologie du Travail**, vol.XXXVII, n°3, pp. 411-434.